

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA BEIRA BAIXA

**CONCURSO PÚBLICO
CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS POR MODO
RODOVIÁRIO NA BEIRA BAIXA**

PROGRAMA DO CONCURSO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Objeto do concurso

1. O presente concurso público internacional, designado por “*Concurso público para a concessão de transporte de passageiros por modo rodoviário na Região da Beira Baixa*” (o «Concurso»), tem por objeto a adjudicação de 2 (duas) propostas para a celebração de 2 (dois) contratos de concessão do serviço público de transporte de passageiros rodoviário na Região da Beira Baixa (o «Contrato» e os «Contratos»), nos termos e condições previstos no Caderno de Encargos (o «Caderno de Encargos»), nos termos do artigo 4.º.
2. Sempre que, no presente Programa do Concurso forem utilizadas expressões que se iniciem por letras maiúsculas e que não sejam definidas, as mesmas terão o significado utilizado no Cadernos de Encargos.
3. Em tudo o que estiver omissa do presente Programa do Concurso é aplicável o Código dos Contratos Públicos.

Artigo 2.º

Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é a COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA BEIRA BAIXA, com sede na Praça Rainha D. Leonor, Ed. dos Emblemas, 1.º Andar, 6000-117 Castelo Branco, e com os seguintes contactos:

- Telefone: (+351) 272 342 540
- Correio eletrónico: contratacao publica@cimbb.pt

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho Intermunicipal da COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA BEIRA BAIXA, em 01 DE JUNHO DE 2023.

Artigo 4.º

Divisão em lotes

1. Cada Contrato a celebrar é um relativo a um dos lotes seguintes:
 - a) «Lote 1»: área geográfica dos Municípios de Vila Velha de Ródão e Proença-a-Nova e respetivas carreiras intermunicipais e inter-regionais, conforme consta do Anexo 1 (Rede de Transporte Público Objeto da Concessão) do Caderno de Encargos;
 - b) «Lote 2»: o Lote constituído pela área geográfica dos Municípios de Idanha-a-Nova, Penamacor e respetivas carreiras intermunicipais e inter-regionais, conforme consta do Anexo 1 (Rede de Transporte Público Objeto da Concessão) do Caderno de Encargos.
2. Não existem limitações máximas nem mínimas relativamente ao número de lotes a que cada concorrente pode apresentar proposta; não existem limitações máximas nem mínimas relativamente ao número de lotes a adjudicar ao mesmo concorrente.
3. Para cada lote serão praticados de forma própria e autónoma todos dos atos procedimentais previstos no presente Programa do Concurso, bem como no Código dos Contratos Públicos.
4. Cada lote é objeto de uma decisão de adjudicação própria e autónoma, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 73.º do Código dos Contratos Públicos.
5. Será outorgado um contrato de concessão por cada lote, mesmo que ao mesmo co-contratante seja adjudicado mais do que um lote.

Artigo 5.º

Plataforma eletrónica

1. O Concurso é integralmente tramitado na plataforma eletrónica Acingov, alojada na *internet* no endereço <https://www.acingov.pt/>.
2. O acesso e utilização da Plataforma Eletrónica pelos concorrentes é, em especial, regulado pelo regime jurídico das plataformas eletrónicas de contratação pública aprovado pela Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, e pela demais legislação e regulamentação que se encontre em vigor.
3. Em caso de dúvida sobre a credenciação e utilização da Plataforma Eletrónica (v.g. registo na plataforma e sua utilização, utilização de assinatura

digital qualificada, utilização de selos temporais), devem os interessados ou concorrentes contactar, oportuna e antecipadamente, o suporte técnico da mesma.

Artigo 6.º

Júri do Concurso

1. O Concurso é conduzido por um júri constituído e designado nos termos do disposto no artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos (o «Júri»).
2. Ao Júri do Concurso compete praticar todos os atos e realizar todas as diligências relacionadas com o presente procedimento cuja competência não seja cometida injuntivamente à entidade adjudicante, nomeadamente a prestação de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso, a avaliação das propostas, a realização da audiência prévia dos interessados e a elaboração dos respetivos relatórios de análise.
3. O Júri pode ser assessorado por pessoas ou entidades tecnicamente qualificadas em relação a qualquer aspeto que possa relevar no âmbito do presente procedimento, sem que, no entanto, essas pessoas ou entidades possam ter direito a voto.

Artigo 7.º

Esclarecimentos sobre as peças do procedimento e erros e omissões do caderno de encargos

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
2. A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do Caderno de Encargos detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do n.º 1 do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando

com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, sob pena das consequências previstas nos n.ºs 3 e 4 do artigo 378.º do Código dos Contratos Públicos.

3. Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados pelo Júri, na plataforma eletrónica referida no artigo 5.º, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
4. O Conselho Intermunicipal da COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA BEIRA BAIXA pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, na plataforma eletrónica referida no artigo 5.º, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
5. Quando os esclarecimentos não possam ser prestados no prazo referido no número anterior, o prazo para a apresentação das propostas será prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao atraso verificado.
6. Independentemente do disposto nos números anteriores, entidade adjudicante pode oficiosamente, promover a retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 4, ou até ao final do prazo de entrega de candidaturas ou propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 8.º

Inspecção dos locais afetos ao Serviço Público e informações adicionais para consulta dos interessados

1. Durante o prazo para apresentação das propostas os interessados podem inspecionar os locais, as instalações e as infraestruturas do serviço público cuja inspeção entendam necessária para a boa execução do Contrato a celebrar e realizar neles os reconhecimentos que considerem indispensáveis à correta elaboração das suas propostas, sem que de tal possa decorrer qualquer distúrbio ao normal funcionamento do serviço público existente.
2. Os interessados têm o ónus de se inteirarem localmente das condições dos locais e dos bens afetos ao Serviço Público e de todas as condicionantes inerentes à execução do Contrato, designadamente as que influam no modo de execução das obrigações nele previstas, devendo proceder a todas as avaliações, indagações, reconhecimentos e medições necessários à apresentação das suas propostas.

3. Os concorrentes não podem, em caso algum, em qualquer momento do período de formação do Contrato ou durante a execução do mesmo, invocar o desconhecimento de quaisquer condições dos locais e bens afetos à prestação do serviço público ou condicionantes de execução do Contrato quanto ao que examinaram ou poderiam ter examinado, ou imputar qualquer responsabilidade a esse título à entidade adjudicante ou a qualquer outra entidade, como fundamento para incumprimento das suas obrigações legais de natureza procedimental ou contratual.
4. Se algum interessado não solicitar, não comparecer à e/ou prescindir da realização da «inspeção dos locais», não poderá vir a invocar tal facto, seja a que título for, designadamente na proposta, como desconhecimento ou como diminuição da sua responsabilidade.
5. Para efeitos da realização de inspeções a que se refere o n.º 1 do presente artigo, o Júri publicará na Plataforma Eletrónica com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência, as datas e horas das inspeções aos locais que não sejam de acesso público.
6. Os interessados devem apresentar um pedido de participação nas inspeções referidas no número anterior, por escrito, através da Plataforma Eletrónica, até 1 (um) dia antes da realização das mesmas, identificando o nome dos participantes e respetivas funções, no máximo de 3 (três) por concorrente, que em sua representação os efetuam.
7. Está ainda à disposição dos interessados na Plataforma Eletrónica documentação que inclui dados na área geográfica abrangida pelo Contrato, a qual é apresentada a título meramente indicativo e não enquanto pressuposto que deva ser assumido para efeitos da preparação da proposta pelos concorrentes.
8. Os documentos e informações referidos no número anterior são disponibilizados a título indicativo, não sendo vinculativos nem geradores de quaisquer direitos ou expectativas para os interessados ou para o futuro Cocontratante; a sua utilização constitui um risco exclusivo dos concorrentes, não conferindo qualquer direito a relações ou a alterações da Proposta apresentada no presente procedimento, nem constituindo fundamento nem pressuposto para reposição do equilíbrio financeiro do Contrato.

Artigo 9.º

Concorrentes

1. Podem ser concorrentes ao presente Concurso pessoas singulares e coletivas, nacionais ou estrangeiras, e ainda agrupamentos de pessoas singulares e coletivas, sem que entre elas exista qualquer vínculo jurídico de associação.
2. Cada concorrente pode apresentar uma única proposta.
3. O membro de um agrupamento concorrente não pode ser concorrente nem pode integrar outro agrupamento concorrente.
4. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta apresentada.
5. A insolvência, dissolução ou inabilitação judicial do exercício da atividade social do concorrente, ou de qualquer dos membros do agrupamento, acarreta a imediata exclusão da proposta.
6. Em caso de adjudicação, o adjudicatário ou os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas este(s), deve(m) constituir uma sociedade comercial nos termos previstos no presente Programa do Concurso e cumprindo todos os requisitos estabelecidos no Caderno de Encargos, designadamente nas cláusulas 8.ª a 16.ª («Sociedade Concessionária»).

Artigo 10.º

Documentos que constituem a proposta

1. A proposta é constituída obrigatoriamente pelos seguintes documentos, relativamente a cada lote:
 - a) Lote 1:
 - i) Documento Europeu Único de Contratação Pública, aprovado pelo Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, nos termos do exposto na Circular Informativa n.º 1/IM-PIC/2016, de 29 de junho de 2016 (o «DEUCP»); caso o concorrente revista a forma de agrupamento, deve ser apresentado um DEUCP distinto que contenha as informações exigidas nas partes II a V relativamente a cada um dos operadores económicos participantes;
 - ii) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, em

conformidade com o modelo constante do Anexo I ao Programa do Concurso, que deve ser apresentada em ficheiro com a designação «Anexo_I_Lote1_[designação concorrente].pdf»;

iii) Proposta de Exploração do Serviço Público, elaborada em conformidade com o Anexo II ao Programa do Concurso, que deve ser apresentada em ficheiro com a designação «Anexo_II_Lote1_[designação concorrente].pdf»;

iv) Caso o concorrente revista a forma de agrupamento, declaração com a indicação da participação que cada um dos membros do agrupamento deterá no capital social da Sociedade Concessionária, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo III ao Programa do Concurso, que deve ser apresentada em ficheiro com a designação «Anexo_III_Lote1_[designação concorrente].pdf»;

v) Caso o concorrente revista a forma de agrupamento, a proposta deve ainda ser constituída por documento de designação do representante comum do agrupamento e respetivos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento.

b) Lote 2:

i) Documento Europeu Único de Contratação Pública, aprovado pelo Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, nos termos do expresso na Circular Informativa n.º 1/IM-PIC/2016, de 29 de junho de 2016 (o «DEUCP»); caso o concorrente revista a forma de agrupamento, deve ser apresentado um DEUCP distinto que contenha as informações exigidas nas partes II a V relativamente a cada um dos operadores económicos participantes;

ii) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao Programa do Concurso, que deve ser apresentada em ficheiro com a designação «Anexo_I_Lote2_[designação concorrente].pdf»;

iii) Proposta de Exploração do Serviço Público, elaborada em conformidade com o Anexo II ao Programa do Concurso, que deve ser apresentada em ficheiro com a designação «Anexo_II_Lote2_[designação concorrente].pdf»;

iv) Caso o concorrente revista a forma de agrupamento, declaração com a indicação da participação que cada um dos membros do

agrupamento deterá no capital social da Sociedade Concessionária, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo III ao Programa do Concurso, que deve ser apresentada em ficheiro com a designação «Anexo_III_Lote 2_[designação concorrente].pdf»;

v) Caso o concorrente revista a forma de agrupamento, a proposta deve ainda ser constituída por documento de designação do representante comum do agrupamento e respetivos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento.

2. Para efeitos da apresentação com a proposta do documento a que se referem as subalíneas i) das alíneas a) e b) do número anterior, a entidade adjudicante disponibilizará na Plataforma Eletrónica o ficheiro em formato XML «DEUCP CPI[...] .xml» com o DEUCP, devendo o seu preenchimento ser completado pelo concorrente acedendo ao link «<https://ec.europa.eu/tools/espd/filter?lang=pt>», escolher a opção «Sou um operador económico» e posteriormente a opção «Importar um DEUCP», selecionando então o ficheiro XML anexo que deve ser previamente guardado no computador.
3. Cada concorrente pode propor a exploração do número de lotes patenteados a Concurso que entender; para o efeito, deve apresentar o conjunto de documentos referidos nas alíneas a) e b) do n.º 1 por cada lote que se proponha explorar.

Artigo 11.º

Apresentação de propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 12.º

Prazo para apresentação das propostas

O prazo para a apresentação de propostas termina às 23h59m do 60º dia a contar da data de envio do anúncio para efeitos de publicação no Jornal Oficial da União Europeia].

Artigo 13.º

Modo de apresentação das propostas

1. Os documentos que constituem as propostas devem ser apresentados na Plataforma Eletrónica, devendo ser assinados eletronicamente, designadamente nos termos previstos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
2. A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:
 - a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
 - b) Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.
3. O cumprimento do requisito previsto na alínea b) do número anterior pode ser substituído pelo carregamento na Plataforma Eletrónica de um documento, dotado de fé pública, que permita comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.
4. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se referem os n.ºs 1 e 2 deve ser aposta pelo representante comum, mediante a utilização de um certificado digital que cumpra os requisitos previstos nos n.ºs 2 e 3 deste artigo.
5. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, os documentos da proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
6. É admitida a apresentação de documentos técnicos e apenas destes (fichas de características e catálogos técnicos) redigidos em línguas inglesa, francesa ou espanhola, desde que o concorrente apresente, em apenso, uma declaração de compromisso de apresentação da tradução, no prazo de 5 (cinco) dias, após a mesma lhe ter sido solicitada pelo Júri.

Artigo 14.º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

O prazo da obrigação da manutenção das propostas é de 480 (quatrocentos e oitenta) dias.

Artigo 15.º

Critério de adjudicação e critério de desempate

1. Cada lote é objeto de uma decisão de adjudicação própria e autónoma, recorrendo-se em cada lote ao critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, será adjudicada, em cada lote, a proposta relativa a esse lote que obtiver o valor mais elevado de pontuação calculado nos termos dos números seguintes.
3. Para cada Lote “i”¹, as propostas apresentadas relativamente a esse lote serão pontuadas através da aplicação da fórmula matemática seguinte, que mede o maior Fator de Avaliação densificado pelo seguinte conjunto de fatores, correspondentes a diversos aspetos da execução do contrato a celebrar:

$$\textbf{Fator de Avaliação} = 60\% \times P_{COSP} + 40\% \times P_{Idade}$$

Em que:

- a) P_{COSP} corresponde à pontuação no fator “Compensação por Obrigação de Serviço Público”, dado pela fórmula seguinte:

$$P_{COSP} = \frac{COSP_{máxima} - COSP_{proposta}}{COSP_{máxima}} \times 100$$

Em que:

- $COSP_{máxima}$ corresponde ao valor unitário máximo por veículo quilómetro a título de compensação por obrigação de serviço público que a entidade adjudicante se dispõe a pagar, dado pelo n.º 2 da Cláusula 73.ª do Caderno de Encargos, relativamente ao Lote “i”;
- $COSP_{proposta}$ corresponde ao valor unitário por veículo quilómetro a título de compensação por obrigação de serviço público constante do ponto 1) da Proposta de Exploração do Serviço Público apresentada, relativamente ao Lote “i”, conforme as alíneas a), subalínea iii), ou b), subalínea iii) do n.º 1 do

¹ Com “i” igual a 1, 2, 3 ou 4.

artigo 10.º do Programa do Concurso, o qual não pode ser superior ao valor de *COS_Pmáxima*, sob pena de exclusão da proposta.

- b) P_{Idade} corresponde à pontuação no fator Idade da Frota, dado pela fórmula seguinte:

$$P_{Idade} = \frac{192 - Idade}{192} \times 100$$

Em que:

- *Idade* corresponde à idade média da frota constante do ponto 2) da Proposta de Exploração do Serviço Público respetivamente apresentada, conforme as alíneas a), subalínea iii), ou b), subalínea iii) do n.º 1 do artigo 10.º do Programa do Concurso, consoante aplicável, o qual não pode ser superior a 192 (cento e noventa e dois) meses, sob pena de exclusão da proposta.
4. Todas as pontuações obtidas são arredondadas à segunda casa decimal, de acordo com as regras da norma portuguesa NP37/2009.
 5. Em caso de empate, é utilizado como critério de desempate o fator “Preço”, sendo adjudicada a proposta que obtiver melhor pontuação parcial nesse fator.
 6. Caso persista o empate após aplicação do critério definido no número anterior, o desempate é feito por sorteio realizado pelo Júri na presença de um representante de cada um dos concorrentes.
 7. Para a realização do sorteio nos termos do número anterior, o Júri deve comunicar aos concorrentes com propostas empatadas a data, a hora e o local da realização do sorteio, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.
 8. A falta, justificada ou não, de qualquer concorrente convidado nos termos do número anterior não impede a realização do sorteio aí referido.

Artigo 16.º

Documentos de habilitação

1. No prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve apresentar na Plataforma Eletrónica os documentos de habilitação referidos no n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos.

2. Caso o adjudicatário revista a forma de um agrupamento, os documentos de habilitação previstos no n.º 1 devem ser apresentados por todos os seus membros.
3. Os documentos referidos no n.º 1 devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, são obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o adjudicatário declare a respetiva prevalência sobre os originais.
4. Caso se verifique um facto que determina a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos e esse facto não seja imputável ao adjudicatário, este dispõe de um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, a conceder em função das razões indicadas, de até 5 (cinco) dias, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 17.º

Caução

1. Para garantia da celebração do Contrato e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, o adjudicatário, e depois em sua substituição a Sociedade Concessionária, deve prestar uma caução correspondente a 5% (cinco por cento) do preço contratual total do Contrato relativo ao Lote "i", conforme definido na Cláusula 73.^a do Caderno de Encargos.
2. A caução deve ser prestada no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação da proposta, em conformidade com um dos modelos constantes dos apêndices do Anexo IV ao Programa do Concurso, devendo a sua prestação ser comprovada até ao dia imediato ao do termo do prazo para a respetiva prestação.
3. Em caso de prorrogação do prazo a que se refere o n.º 1 do artigo anterior, será igualmente prorrogado, pelo mesmo período de tempo, o prazo previsto no número anterior.

Artigo 18.º

Decisão de adjudicação e notificação à AdC

1. Caso da decisão de adjudicação resulte uma operação de concentração notificável à Autoridade da Concorrência (AdC) ao abrigo do regime jurídico da concorrência aplicável, o adjudicatário deve, no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação da decisão de adjudicação, notificar a operação de concentração à AdC.
2. O adjudicatário informa imediatamente a entidade adjudicante da notificação referida no número anterior e mantém-na atualizada sobre os desenvolvimentos do procedimento.
3. No caso previsto no n.º 1, fica suspensa a fase pós-adjudicatória do presente concurso.
4. A decisão final da AdC no procedimento deve ser imediatamente comunicada pelo adjudicatário à entidade adjudicante.
5. No caso de a decisão da AdC ser de não oposição à operação, sem imposição de condições ou obrigações (expressa ou tácita, nos termos legalmente admissíveis), ou no sentido de a operação não estar abrangida por procedimento de controlo prévio de acordo com a lei aplicável, reinicia-se a fase pós-adjudicatória do presente concurso a partir da data de comunicação referida no número anterior.
6. No caso de a decisão da AdC ser de oposição à operação, a entidade adjudicante, após tal decisão lhe ter sido comunicada nos termos do n.º 4, declara a caducidade da decisão de adjudicação, após audiência pública do adjudicatário.
7. No caso de a decisão da AdC ser de não oposição, com imposição de condições ou obrigações, o adjudicatário deve pronunciar-se sobre as condições e obrigações impostas pela AdC no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de notificação da decisão da AdC, com observância do disposto nos números seguintes.
8. Se o adjudicatário considerar que as condições ou obrigações impostas pela decisão da AdC subvertem o equilíbrio financeiro do contrato a celebrar, ou que, em qualquer caso, não está em condições de dar cumprimento a alguma dessas condições ou obrigações, o adjudicatário comunica os factos à entidade adjudicante e esta declara a caducidade da decisão de adjudicação.

9. Se a entidade adjudicante considerar que as condições ou obrigações impostas pela decisão da AdC implicam uma alteração substancial do Caderno de Encargos ou caso entenda que o cumprimento dessas condições e/ou obrigações, pelo adjudicatário, não é legalmente admissível, a entidade adjudicante declara, após audiência prévia, a caducidade da decisão de adjudicação.
10. No caso de não se verificar o disposto no número anterior e, cumulativamente, de o adjudicatário manifestar que aceita cumprir as condições e/ou obrigações impostas pela AdC ou de o adjudicatário ficar em silêncio depois de decorrido o prazo de 15 (quinze) dias previsto no n.º 7, reinicia-se a fase pós-adjudicatória do presente concurso, a partir da data de notificação do adjudicatário à entidade adjudicante da aceitação das condições impostas pela AdC ou do termo do prazo de 15 (quinze) dias referido no n.º 7, consoante o caso.
11. Declarada a caducidade da adjudicação nos termos do presente artigo, a entidade adjudicante deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.
12. A declaração de caducidade da adjudicação prevista no presente artigo não confere ao adjudicatário o direito a qualquer indemnização e, além dos efeitos próprios da caducidade, podem determinar nos termos gerais de direito, a sua responsabilidade pré-contratual.
13. Caso, de acordo com o regime jurídico aplicável, esteja em causa uma operação de concentração notificável a outras entidades competentes que não a AdC, aplica-se, com as devidas adaptações, o regime previsto no presente artigo.

Artigo 19.º

Constituição da Sociedade Concessionária

1. Na sequência da notificação da decisão de adjudicação ou do reinício da fase pós-adjudicatória do Concurso nos termos do n.º 5 ou do n.º 10 do artigo anterior, caso haja lugar à aplicação do disposto no n.º 3 do artigo anterior, o adjudicatário, seja uma pessoa singular ou coletiva ou um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, deverá constituir a Sociedade Concessionária, com a qual irá ser outorgado o Contrato relativo ao Lote “i” e promover a subscrição de declaração de compromisso dos acionistas a que

alude a Cláusula 81.^a do Caderno de Encargos, cumprindo todos requisitos estabelecidos no Caderno de Encargos, designadamente nas Cláusulas 8.^a a 17.^a.

2. Caso o adjudicatário seja um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, a participação dos membros do agrupamento no capital social da na Sociedade Concessionária deverá observar o indicado na Proposta.
3. O adjudicatário deve comprovar o cumprimento do disposto nos números anteriores, incluindo a realização integral do capital social da Sociedade Concessionária no momento da sua constituição, através da entrega à entidade adjudicante, no prazo de 10 (dez) dias contados da notificação da decisão de adjudicação ou contados do reinício da fase pós-adjudicatória do presente concurso nos termos do n.º 5 ou do n.º 10 do artigo anterior, caso haja lugar à aplicação do disposto no n.º 3 do artigo anterior, dos seguintes documentos:
 - a) Cópia certificada do respetivo documento de constituição e contrato de sociedade, acompanhada da indicação do código de acesso à certidão de matrícula/registo,
 - b) Documento emitido por instituição de crédito bancário que comprove a realização integral do capital social da Sociedade Concessionária no momento da sua constituição (salvo se essa confirmação se encontrar mencionada no documento de constituição e contrato de sociedade);
e
 - c) Declaração de compromisso dos acionistas nos termos do disposto na Cláusula 81.^a do Caderno de Encargos.
4. No prazo de 20 (vinte) dias contados da notificação da decisão de adjudicação ou do reinício da fase pós-adjudicatória do presente concurso nos termos do n.º 5 ou do n.º 10 do artigo anterior, caso haja lugar à aplicação do disposto no n.º 3 do artigo anterior, a Sociedade Concessionária deve, em observância do disposto no Artigo 18.º, prestar uma caução equivalente que substitui aquela prestada pelo adjudicatário nos termos do Artigo 18.º ou apresentar à entidade adjudicante comprovativo da transmissão da posição contratual do adjudicatário no contrato de caução celebrado para a Sociedade Concessionária.
5. No prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação da decisão de adjudicação ou do reinício da fase pós-adjudicatória do presente concurso nos

termos do n.º 5 ou do n.º 10 do artigo anterior, caso haja lugar à aplicação do disposto no n.º 3 do artigo anterior, a Sociedade Concessionária deve comprovar à entidade adjudicante que é titular da licença emitida pela entidade legalmente competente para o exercício da atividade de transporte rodoviário de passageiros, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 3/2001, de 10 de janeiro, que se encontre válida à data da respetiva apresentação.

6. A pedido fundamentado do adjudicatário, a entidade adjudicante pode prorrogar os prazos estabelecidos nos n.ºs 2, 3 e 4.
7. Em caso de incumprimento do disposto no presente artigo, a entidade adjudicante, após audiência prévia dos interessados, declara a caducidade da decisão de adjudicação e executa a caução prestada.
8. No caso de caducidade da adjudicação nos termos do número anterior, é adjudicada a proposta ordenada em lugar subsequente.
9. A caducidade da adjudicação prevista na presente cláusula não confere ao adjudicatário, nem à Sociedade Concessionária (caso se encontre já constituída), o direito a qualquer indemnização e pode determinar, nos termos gerais de direito, a sua responsabilidade pré-contratual.

Artigo 20.º

Despesas com a celebração do contrato

Correm por conta do adjudicatário as despesas inerentes à celebração do contrato, bem como à respetiva submissão a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

Artigo 21.º

Legislação aplicável

Em tudo o mais não expressamente previsto no presente Programa do Concurso aplicar-se-á o previsto no Código de Contratos Públicos.

ANEXO I

Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos

(a que se refere a alínea b) do n.º 1 do Artigo 10.º)

1. _____ [*nome, número de identificação e morada*], na qualidade de representante legal de _____ [*firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes*]¹, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de Encargos relativo à execução do contrato a celebrar relativo ao Lote [*identificação do Lote*] na sequência do procedimento de Concurso Público n.º .../2022 adotado pela COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA BEIRA BAIXA para “a concessão de transporte de passageiros por modo rodoviário na Beira Baixa”, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada² se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado Caderno de Encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara, ainda, que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais) do concorrente reconhecidas na qualidade]³

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

³ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO II

Modelo de proposta de exploração do serviço público

As entidades [*firmas, números de identificação fiscal e sedes dos membros do agrupamento, identificação dos representantes e capacidade em que assinam*], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar relativo ao Lote [*identificação do Lote*] na sequência do presente «*Concurso público para a concessão de transporte de passageiros por modo rodoviário na Região da Beira Baixa*», declaram que se obrigam a executar o contrato a celebrar nas condições enunciadas no Caderno de Encargos, relativamente ao qual declaram aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas, bem como nas seguintes condições:

1) Requerendo o valor unitário por veículo quilómetro de [●]€ ([*extenso*]), a título de compensação por obrigação de serviço público, a pagar nos termos do n.º 1 da Cláusula 73.ª do Caderno de Encargos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2) Obrigando-se a utilizar uma frota de veículos que cumpra, no mínimo, uma idade média da frota, medida em cada mês do Período de Funcionamento Normal, não superior a [●] meses ([●] meses).

[Local, data]

[Assinaturas]

ANEXO III

Minuta de declaração com a indicação da participação que cada um dos membros do agrupamento deterá no capital social da Sociedade Concessionária

As entidades *[firmas, números de identificação fiscal e sedes dos membros do agrupamento, identificação dos representantes e capacidade em que assinam]* declaram, para os efeitos da formalização da proposta apresentada ao Lote *[identificação do Lote]* no âmbito procedimento de concurso público, com publicidade internacional, designado por «Concurso público para a concessão de transporte de passageiros por modo rodoviário na Região da Beira Baixa», que participam no referido procedimento na modalidade de agrupamento e que, no caso de adjudicação, participarão capital social da Sociedade Concessionária de acordo com as percentagens de participação indicadas no quadro seguinte:

Membros do Agrupamento		Participação no capital social da Sociedade Cocontratante
Designação social	NIPC	%
[•]	[•]	[•]

[Local, data]

[Assinaturas]

ANEXO IV

Modelos de prestação de caução

(a que se refere o n.º 2 do art.º 17.º do Programa de Concurso)

Apêndice I

Modelo de guia de depósito bancário

O depósito em dinheiro efetuar-se-á no Banco [•], à ordem da COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA BEIRA BAIXA, mediante guia do seguinte modelo:

Guia de depósito Euros [•], €

Vai _____ [*nome do adjudicatário ou da Sociedade Concessionária, consoante o caso*], com sede em _____ [*morada*], depositar na _____ [*sede, filial, agência ou delegação*] do Banco _____ a quantia de _____ [*por algarismos e por extenso*] em dinheiro, como caução exigida nos termos do Artigo 17.º do Programa do Concurso e na Cláusula 79.^a do Caderno de Encargos do Concurso Público n.º [•]/2022 adotado pela COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA BEIRA BAIXA para "*a concessão de transporte de passageiros por modo rodoviário na Beira Baixa*", como garantia da celebração do contrato relativo ao Lote [*identificação do Lote*] e do bom e pontual cumprimento, pela Sociedade Concessionária, das obrigações decorrentes do Caderno de Encargos e do Contrato celebrado na sequência do concurso público supramencionado. Este depósito, sem reservas, fica à ordem da COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA BEIRA BAIXA, a quem é igualmente remetido nesta data o comprovativo do depósito realizado nas condições descritas.

[*Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais) da Sociedade Concessionária reconhecidas na qualidade*]

Apêndice II
Modelo de garantia bancária

PARA: COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA BEIRA BAIXA

[...],

[...] Castelo Branco

Garantia número *[a preencher pelo Banco]*

[data]

Exm.^{os} Senhores,

A pedido e por conta de _____ *[nome do adjudicatário ou da Sociedade Concessionária, consoante o caso]*, como adjudicatário do Lote *[identificação do Lote]* do Concurso Público n.º *[.]/2022*, adotado pela COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA BEIRA BAIXA para “a concessão de transporte de passageiros por modo rodoviário na Beira Baixa”, o _____ *[Banco]*, com sede em _____ *[morada]*, com o capital social de _____ *[capital social]*, pessoa coletiva n.º _____ *[número de identificação de pessoa coletiva]*, representado por _____ *[representante(s) e respetiva(s) identificação(ões)]*, vem prestar, pelo presente documento, a favor da COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA BEIRA BAIXA (doravante, “Beneficiário”), garantia bancária até ao montante de € _____ *[por algarismos e por extenso]*, destinada a caucionar a celebração do contrato relativo ao Lote *[identificação do Lote]* e o bom e pontual cumprimento, pela Sociedade Concessionária, das obrigações assumidas na proposta adjudicada e no correspondente contrato, regendo-se pelos seguintes termos e condições:

1. Pelo presente documento, o Banco garante, na qualidade de principal pagador, sem quaisquer reservas, e, em consequência, com renúncia ao benefício da excussão prévia do património da Sociedade Concessionária, o pagamento da importância de € € _____ *[por algarismos e por extenso]* (doravante designada por “Montante Garantido”).

2. A presente garantia constitui uma obrigação direta do Banco perante o Beneficiário, é autónoma, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação.
3. No prazo de 5 (cinco) dias a contar da receção, na [morada do Banco], da solicitação escrita do Beneficiário, o Banco obriga-se a pagar-lhe, por crédito na conta bancária indicada no ato de solicitação, o Montante Garantido ou, se inferior, o montante solicitado.
4. O ato de solicitação referido no número anterior deve conter a indicação da importância devida pela Concessionária e os fundamentos por que o Beneficiário considera a importância em causa devida, constituindo comprovativo suficiente e conclusivo, sem necessidade de qualquer outra formalidade ou da apresentação de qualquer outro documento, de que a importância reclamada é devida ao abrigo desta garantia.
5. O Banco, caso venha a ser chamado a honrar a presente garantia, não pode questionar a sua justeza, validade, legalidade ou conformidade com o disposto no processo de concurso e documentos a ele anexos, nem tomar em consideração quaisquer exceções opostas pela Sociedade Concessionária, sendo-lhe igualmente vedado opor ao Beneficiário quaisquer reservas ou meios de defesa que a Sociedade Concessionária possa fazer valer contra aquele.
6. A presente garantia produz efeitos a partir da data da sua emissão, e permanece válida até o Beneficiário, através do seu órgão competente, autorize expressamente a sua liberação, nos termos do Programa do Concurso e do Caderno de Encargos, não podendo ser anulada ou alterada sem o consentimento daquele e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.
7. Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

[Assinatura do legal representante do Banco, reconhecida na qualidade]

Apêndice III

Modelo de seguro-caução

PARA: COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA BEIRA BAIXA

[...],

[...] Castelo Branco

Seguro número *[a preencher pela companhia de seguros]*

[data]

Exm.^{os} Senhores:

A _____ *[companhia de seguros]*, com sede em _____ *[morada]* presta a favor da COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA BEIRA BAIXA, e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com _____ *[tomador de seguro]*, garantia à primeira solicitação no valor de € _____ *[repetir por extenso]*, correspondente à caução prevista no artigo 17.º do Programa do Concurso e na Cláusula 79.ª do Caderno de Encargos do Concurso Público n.º [·]/2022 adotado pela COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA BEIRA BAIXA para o Lote *[identificação do Lote]* da "concessão de transporte de passageiros por modo rodoviário na Beira Baixa", com vista a garantir a celebração do contrato relativo ao Lote *[identificação do Lote]* objeto do concurso suprarreferido público pela sociedade concessionária constituída pelo(a) _____ *[adjudicatário]*, com sede _____ *[morada]*, enquanto adjudicatário do contrato *[OU, caso a sociedade concessionária já esteja constituída: pela _____ (sociedade concessionária) com sede _____ [morada], enquanto cocontratante do contrato]*, e o bom e integral cumprimento pela sociedade concessionária das obrigações assumidas na proposta adjudicada e no correspondente contrato.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos 5 (cinco) dias úteis seguintes à primeira solicitação da COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA BEIRA BAIXA, sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a companhia de seguros possa questionar da sua justeza, validade, legalidade ou conformidade com o disposto no processo de concurso e documentos a ele anexos, nem invocar em seu benefício

quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que a Sociedade Concessionária assume com a celebração daquele contrato.

A companhia de seguros não pode opor à COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA BEIRA BAIXA quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado com o tomador do seguro.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previsto no contrato e na legislação aplicável.

[Assinatura do legal representante da companhia de seguros, reconhecida na
qualidade]